

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR, CONSELHEIRO – DR. WANDERLEY ÁVILA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

**AUTOS DO PROCESSO nº 1058533/2018**

**JOÃO CARLOS LUCAS LOPES – PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BERIZAL**, inscrito no CPF sob o nº 559.603.166-68, com endereço na Rua Luiz Otávio Franco, nº 80, Centro, Berizal/MG, vem respeitosamente, perante vossa Excelência, por sua procuradora signatária, com fulcro no artigo 307 do Regimento Interno do TCE/MG, apresentar DEFESA com base nos termos que seguem:

#### **I – DAS DENÚNCIAS E DOS RELATÓRIOS**

Trata-se de representação oferecida pelo Ministério Público de Contas de Minas Gerais, em face do Sr. João Carlos Lucas Lopes, Prefeito Municipal de Berizal, por possíveis irregularidades administrativas praticadas pelo Executivo do Município de Berizal na gestão 2017/2020, especificamente no que se refere à contratação da locação de veículos e máquinas junto à Cooperativa de Serviços de Transporte do Brasil (CSTB), realizada por meio dos processos de Adesão a Atas de Registros de Preços n. 026 e 058/2017.

De acordo com o Denunciante (nos dois primeiros ofícios, fl. 01, 02, 13 e 14), diante da dimensão do Município de Berizal e o seu número de habitantes não seria necessária a locação permanente de alguns veículos junto à CSTB, sediada em Belo Horizonte, o qual ressaltou que, dos 09 (nove) veículos locados (consulta ao site deste Tribunal – exercício de 2018), fl. 05, 06 (seis) deles jamais foram vistos prestando serviços à municipalidade.

Assinalou que, nos relatórios extraídos do site deste Tribunal, fl. 05, em todos os casos não foram especificadas as placas/marcas/modelos dos veículos, como também descritos termos como “locação de veículos leves”, “locação de veículos pesados”, “prestação de serviços com locação de veículo tipo passeio, para atender a demanda da secretaria municipal de fazenda e finanças” ou “prestação de serviços com locação de veículo tipo passeio, para atender a demanda da secretaria municipal de administração, planejamento e gestão”, demanda esta inexistente, o que sustenta demonstrar a total falta de transparência.

De forma específica, questiona o pagamento, em fevereiro de 2018 (R\$18.042,19), pela prestação de serviços não executados de locação de trator de esteira e a necessidade de esclarecimentos quanto às despesas com a locação de veículos, contabilizadas pelas Notas de Empenho - NEs n. 132, 139, 200, 205, 233 e 551/2018.

No terceiro ofício, fl. 17, o interessado aponta que um dos veículos locados (Fiat Pálio Adventure – Placa OQS 3324) seria de propriedade da esposa do Prefeito e que tal veículo jamais prestou serviços à Prefeitura.

Já no quarto ofício, fl. 26, o Senhor Higo Oliveira Nunes apontou que o veículo Fiat Pálio ELX, placa HHS 0944, que teria como beneficiária a Senhora Gabriela Lucas Rocha, era de fato do Senhor Gustavo Souto, sobrinho do prefeito, no entanto, segundo ele, diversas testemunhas jamais viram o citado veículo a serviço da Prefeitura.

Por intermédio do despacho de 13/12/2018, fl. 62, a Presidência da Corte de Contas recebeu a citada documentação como Denúncia, cujos autos foram distribuídos à relatoria da Exmo. Senhor Conselheiro Wanderley Ávila.

No exame inicial, realizado pela 4ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios, de 08/02/2019, fl. 72 a 74, foi constado que, de acordo com informações do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM, a CSTB foi contratada pelo Município de Berizal mediante os processos de Adesão a Atas de Registros de Preços n. 026 e 058/2017 e concluído que os elementos constantes dos autos eram insuficientes para análise das questões suscitadas pelo Denunciante, tendo sido relacionada a documentação necessária para tal feito, o que foi ratificado pelo Ministério Público de Contas - MPC pela manifestação de 01/03/2019, fl. 77 a 78-v.

Mediante os despachos de fl. 79 e 83 o Relator dos presentes autos determinou a intimação ao Chefe do Executivo de Berizal para o encaminhamento da documentação requerida pela Coordenadoria, assim como autorizou a juntada ao processo de outro ofício protocolizado pelo Denunciante, fl. 85 e 86, acompanhado dos documentos de fl. 87 a 91, no qual ele aditou questionamentos já efetuados e suscitou o fato de que o veículo Fiat Pálio JSN 6523, locado junto à CSTB, tinha como beneficiário dos pagamentos o contador da Prefeitura.

Em atendimento à intimação determinada, por meio do ofício de fl. 93 e 94 a Senhora Rayssa C. Meireles Souto, Procuradora-Geral do Município, encaminhou ao Tribunal a documentação de fl. 95 a 1044, tendo os autos sido encaminhados a esta Coordenadoria para exame, conforme termo de 02/05/2019, fl. 1046.

Na manifestação da Unidade Técnica, de 08/10/2019, fl. 1047 e 1048, foi relatado o cumprimento parcial da diligência determinada e relacionada novamente a documentação necessária, motivo pelo qual o Relator determinou a realização de nova intimação ao Prefeito de Berizal para o encaminhamento da documentação relacionada, conforme despacho de fl. 1049.

Em face de tal determinação a referida Procuradora se manifestou pelos ofícios de fl. 1054 e 1741, com o encaminhamento dos documentos de fl. 1055 a 1733 e 1742 a 1883, respectivamente, tendo o processo sido encaminhado ao gabinete do Exmo. Senhor Conselheiro-Relator pelo termo de 07/02/2020, fl. 1785-v, o qual os remeteu a esta Unidade Técnica para exame, na forma do despacho de 16/03/2020, fl. 1786.

Contudo, não obstante os esclarecimentos apresentados, em 10/09/2020 a Unidade Técnica opinou pela procedência dos da denúncia no tocante aos seguintes apontamento: i) generalidade nas informações constantes dos documentos comprobatórios de execução de despesas; ii) indício de irregularidade no tocante à observância às regras licitatórias para formalização do processo de adesão, propondo com isso a citação dos respectivos responsáveis para apresentação de defesa.

São esses os fatos mais relevantes, passemos às preliminares:

## II – DA REGULARIDADE DAS INFORMAÇÕES LANÇADAS NAS NOTAS DE EMPENHO – OBSERVÂNCIA AO ARTIGO 61 DA LEI 4.320/64 – DA AUSÊNCIA DA IRREGULARIDADE APONTADA

Em que pese a Unidade Técnica tenha se posicionado pela procedência do apontamento que indica generalidade nas informações constantes dos documentos comprobatórios de execução de despesas assinadas pelo Chefe do Poder Executivo do Município de Berizal, e suposta inobservância ao artigo 61 da Lei 4.320/64, **CERTO É QUE TAL NÃO DEVE PROSPERAR.**

Isso porque, a norma constante no referido dispositivo exige que *“para cada empenho será extraído um documento denominado “nota de empenho” que indicará o nome do credor, a REPRESENTAÇÃO e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.” (grifamos)”*

Neste sentido, é certo que através de uma breve análise aos documentos ora questionados, é possível constatar que as informações lançadas nas respectivas notas de empenho, atendem à exigência disposta no dispositivo supramencionado, eis que indicam a representação das despesas despendidas pelo Município de Berizal no tocante à locação de veículo realizada por meio dos processos de Adesão às Atas de Registros de Preços nº 26 e 58/2017.]

Logo, não há que se falar em qualquer contrariedade ao texto do artigo 61 da Lei 4.320/64, conforme oportunamente invocado pela Unidade Técnica, sobretudo porque a referida lei não faz qualquer referência quanto a necessidades de especificação dos veículos eventualmente vinculados ao contrato de locação firmado com a Cooperativa de Serviços de Transporte do Brasil – CSTB nas respectivas notas de empenho expedidas pelo município de Berizal.

Ademais, conforme atestado pela própria Unidade Técnica, da suposta irregularidade apontada, não adveio qualquer dano ao erário, bem como não resultou em qualquer prejuízo à execução do serviço contratado, de modo que não se reveste de gravidade suficiente a ensejar a penalidade sugerida ao presente caso.

Diante do exposto requer que a presente denúncia seja julgada improcedente o presente procedimento seja extinto com resolução do mérito, com o seu consequente arquivamento.

### **III – DA ADESÃO ÀS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 26 E 58/2017 – DA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA – DA AUSÊNCIA DA IRREGULARIDADE**

Em que pese a Unidade Técnica tenha se posicionado pela procedência do apontamento que indica uma suposta inobservância às regras licitatórias para formalização do processo de Adesão às Atas de Registros de Preços nº 26 e 58/2017, **CERTO É QUE TAL NÃO DEVE PROSPERAR.**

Isso porque a Adesão às Atas de Registros de Preços nº 26 e 58/2017 pelo Município de Berizal, se deram com respaldo nos princípios da economicidade e eficiência estampados na nossa Constituição da República/88, de modo a atender os interesses da municipalidade com o menor custo possível, de forma célere e com resultados efetivos.

É consabido que o encadeamento excessivo burocrático nos procedimentos administrativos em geral e, especialmente em sede de procedimento licitatório, como regra, representa uma insegurança do agente público no tocante às normas legais incidentes. Na dúvida criam-se formalidades dispensáveis as quais postergam ou mesmo afastam a efetividade na administração pública.

O formalismo exacerbado revela sempre excesso de zelo, onde está a faltar a razoabilidade e a proporcionalidade indispensáveis aos atos administrativos.

Compreende-se, então que os fins da conduta administrativa têm que ser dotados de razoabilidade e justiça e não necessariamente de rigor formalista, pois a falta de razão da conduta afasta-a da juridicidade obrigatória para a Administração Pública, no cumprimento às suas finalidades de interesse público.

Neste sentido, a eficiência constitui-se, seguramente, em um dos princípios de grande escala valorativa, pois não paralisa a atuação estatal somente quanto aos aspectos de legalidade, mas, inteligentemente, lança aquela a uma atuação específica, com caráter progressista, não engessando os atos do Estado a um modelo meramente burocrático de gestão administrativa, valendo-se da máxima que, o verdadeiro ato administrativo, deve ser eficaz, pleno, visando algum resultado útil em sua realização.

Nas palavras de Meirelles:

*“Eficiência é o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.”* MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

Já no tocante à valoração da economicidade, *“o gestor público deve, por meio de um comportamento ativo, criativo e desburocratizante tornar possível, de um lado, a eficiência por parte do servidor, e a economicidade como resultado das atividades, impondo-se o exame das relações custo/benefício nos processos administrativos que levam a decisões, especialmente as de maior amplitude, a fim de se aquilatar a economicidade das escolhas entre diversos caminhos propostos para a solução do problema, para a implementação da decisão”* BUGARIN, Paulo Soares. O Princípio Constitucional da Eficiência, um Enfoque Doutrinário Multidisciplinar. Brasília: revista do Tribunal da União – Fórum Administrativo, mai/2001, p. 240.

Em síntese, a atividade administrativa deve ser controlada em seus atos pelo aspecto de eficiência, principalmente no tocante aos atos discricionários, que são aqueles onde o administrador possui liberdade de atuação de acordo com sua conveniência e oportunidade.

Então o administrador público em confronto com várias soluções possíveis, deve escolher aquela solução ótima, que satisfaça, minimize ou atenuie a demanda pública de forma mais eficiente possível.

Feitas as considerações mencionadas, inevitável se constar no presente caso a ausência de qualquer irregularidade no tocante à Adesão às Atas de Registros de Preços nº 26 e 58/2017 pelo Município de Berizal, eis que a economia e eficiência atingidas com a contratação do respectivo serviço pela administração pública, por si justificam a mitigação do formalismo disposto nas normas eventualmente aplicáveis, sobretudo porque a realização de novo

procedimento licitatório referente ao objeto do contratado implicaria em dispêndios desnecessários à municipalidade.

Importante registrar ainda que, conforme atestado pela própria Unidade Técnica, da suposta irregularidade apontada, não adveio qualquer dano ao erário, bem como não resultou em qualquer prejuízo à execução do serviço contratado, de modo que não se reveste de gravidade suficiente a ensejar a penalidade sugerida ao presente caso.

Diante do exposto requer que a presente denúncia seja julgada improcedente o presente procedimento seja extinto com resolução do mérito, com o seu consequente arquivamento.

#### **IV. DA DESPROPORCIONALIDADE DA PENA**

Ao tratarmos de processo sancionador, não podemos deixar de lado o que dispõe o art. 2º da Lei que Regula o Processo Administrativo - Lei nº 9.784/1999:

*Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*

*Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*

*VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.*

No caso em apreço, importante que fique registrado:

- a) das supostas irregularidades apontadas não sobreveio qualquer dano ao erário;
- b) o defendente dispõe de histórico exemplar;

c) a boa intencionalidade do agente fica perfeitamente demonstrada, alinhada à boa fé e presunção de inocência.

Para Joel de Menezes Niebuhr, a sanção deve estar intimamente atrelada às circunstâncias do ato, em observância ao princípio da proporcionalidade:

*"O princípio da proporcionalidade aplica-se sobre todo o Direito Administrativo e, com bastante ênfase, em relação às sanções administrativas. [...]. Ao fixar a penalidade, a Administração deve analisar os antecedentes, os prejuízos causados, a boa ou má-fé, os meios utilizados, etc. Se a pessoa sujeita à penalidade sempre se comportou adequadamente, nunca cometeu qualquer falta, a penalidade já não deve ser a mais grave. A penalidade mais grave, nesse caso, é sintoma de violação ao princípio da proporcionalidade."(Licitação Pública e Contrato Administrativo. Ed. Fórum: 2011, p. 992);*

Em sintonia com este entendimento, Alexandre de Moraes esboça a relevância da conjuntura entre razoabilidade e proporcionalidade dos atos administrativos, em especial nos que refletem em penalidades:

*"O que se exige do Poder Público é uma coerência lógica nas decisões e medidas administrativas e legislativas, bem como na aplicação de medidas restritivas e sancionadoras; estando, pois, absolutamente interligados, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade." (Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional, ed. Atlas, São Paulo, 2004, 4ª edição, p. 370).*

Portanto, demonstrada a boa-fé do Agente, não há que se cogitar uma penalidade tão gravosa, devendo existir a ponderação dos princípios aplicáveis ao processo administrativo, de modo que, na remota e improvável hipótese de rejeição das teses acima ventiladas, o que



se admite apenas por amor ao debate, o defendente espera e requer a conversão de multa em advertência.

## **V. DOS REQUERIMENTOS**

Diante do até aqui exposto é a presente para requerer:

Posto isto, REQUER:

- b) Que seja a presente denúncia julgada improcedente, com a extinção do procedimento com resolução do mérito, bem como seja determinado o seu arquivamento;
- c) Subsidiariamente, na remota e improvável hipótese de rejeição das teses apresentadas, o que se admite por argumentar, requer sejam acolhidas as atenuantes e razões apresentadas para converter eventual multa imputada em advertência;
- d) Requer ainda, a intimação por carta com aviso de recebimento para apresentação das alegações finais, sob pena de nulidade do processo.
- e) Requer a produção de todos os meios de prova em direito admitidos.

Termos em que, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 13 de dezembro de 2021.

***CÍNTIA LIMA GASPARINO***

***OAB/MG nº 172.595***